



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Relatório de atividades

Missão oficial

para participação em atividades relacionadas ao monitoramento do Brasil na Revisão Periódica Universal, para promoção de evento sobre o Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal e para participação na 108ª Sessão do Comitê para Eliminação da Discriminação Racial da ONU

Genebra, 14 a 17 de novembro de 2022

Dia 14 de novembro

Atividade: Evento Paralelo Observatório Parlamentar da RPU

Local: Palácio das Nações, Sala XXII



O Evento Paralelo denominado “Observatório Parlamentar da RPU” foi solicitado pela Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas e demais Organismos Internacionais em Genebra e promovido pelo Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal, representado na ocasião pelo Deputado Helder Salomão, que presidiu a atividade.

Participaram da mesa do evento o Embaixador Tovar da Silva Nunes, Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra, a Senhora Soledad Pazo, Oficial Sênior de Direitos Humanos do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o Senhor Eloy Terena, Representante da Articulação





CÂMARA DOS DEPUTADOS

dos Povos Indígenas do Brasil, a Senhora Mãe Nilce de Iansã, Coordenadora Nacional da Renafro e Coordenadora de Projetos do Ilê Omolu Oxum e a Senhora Fernanda Lapa, Representante da organização da sociedade civil Coletivo RPU.

Assistiram à atividade integrantes do Ministério das Relações Exteriores, do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, da Associação Juntos e Unidos, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, da Rede Liberdade, do Conselho Indigenista Missionário, do Hutukara, Instituto Paiakan, do Instituto Ipé, do Race and Equality, do WWF Brasil, da Conectas Direitos Humanos e da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, além da imprensa, entre outros.

A atividade foi transmitida ao vivo, estando disponível no link: <https://fb.watch/gXpRcn6ws1/>. Foi também objeto de matéria jornalística do portal UOL, disponível no link <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/11/14/itamaraty-diz-na-onu-que-brasil-deu-demonstracao-ao-mundo-de-democracia.htm>, da Câmara dos Deputados, disponível em https://youtu.be/_n0sZdwXirY, além da página da CDHM, em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/observatorio-parlamentar-da-revisao-periodica-universal-da-onu/noticias/observatorio-parlamentar-da-rpu-modelo-para-acompanhamento-da-situacao-dos-direitos-humanos-no-mundo>.

O objetivo do evento foi apresentar a metodologia e os resultados do Observatório Parlamentar. Inicialmente, foi transmitido o vídeo institucional a respeito da iniciativa, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xE9OngmyFi4>. Na sequência, o Deputado Helder Salomão apresentou os trabalhos do Observatório, expondo que:

- O Observatório Parlamentar da RPU foi criado em 2019, fruto da parceria entre a Câmara dos Deputados e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, hospedado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Em 2021, a parceria foi estendida para as 25 agências, fundos e programas do Sistema Nações Unidas do Brasil.
- O Observatório foi custeado pela Câmara dos Deputados e pelo Fundo Voluntário para assistência financeira e técnica na implementação da Revisão Periódica Universal, que patrocinou consultorias para estudos e programas estatísticos, impressão dos relatórios e infográficos (que foram distribuídos no evento), exposição, entre diversos outros elementos que compuseram as atividades.





- O observatório tem os objetivos de realizar o monitoramento das recomendações realizadas ao Brasil durante o 3º ciclo da RPU, de fortalecer o compromisso do Estado brasileiro com os Mecanismos de Direitos Humanos das Nações Unidas, de fortalecer as capacidades institucionais e políticas públicas, de contribuir para a eficácia prática do conteúdo das recomendações e de disseminar informações.
- O Observatório é um projeto pioneiro no mundo ao inserir o Parlamento como protagonista do processo de avaliação e monitoramento das recomendações realizadas ao Estado brasileiro.
- E, por ser um projeto pioneiro, o Observatório precisou desenvolver metodologia própria, partir da realização de consultas às partes interessadas e da coleta de experiências de outros países e orientações da ONU sobre o assunto.
- As recomendações foram divididas em unidades temáticas, como saneamento básico, direitos dos povos indígenas, igualdade racial, acesso a trabalho, etc.
- Para cada unidade temática foi realizado um relatório técnico preliminar, com base em pesquisas acadêmicas, informações das autoridades públicas, incluindo relatórios do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas da União, do Poder Judiciário, do Ministério Público e das Defensorias Públicas, evolução orçamentária das políticas relativas ao tema em análise, documentos produzidos por órgãos e especialistas da ONU ou de outros organismos internacionais, informações sobre os objetivos de desenvolvimento do milênio e requerimentos de informação.
- Cada relatório preliminar foi debatido em uma audiência pública. Ao longo dos anos de 2021 e 2022, foram realizadas 26 audiências públicas para debater relatórios preliminares e uma audiência sobre a relação entre o acesso aos direitos humanos frente à necessidade de redução das desigualdades.
- As audiências totalizaram mais de 300 participações: 127 do Estado (Executivo, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário), 40 de organismos internacionais e 160 da sociedade civil e academia.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Depois dos debates, foram elaborados 26 relatórios finais. Os relatórios avaliaram as recomendações recebidas pelo Estado brasileiro. Das recomendações, 13 tiveram avaliação híbrida (em parte positiva, em parte negativa quanto ao seu cumprimento), 4 foram avaliadas como cumpridas, 51 em progresso, 1 em estagnação, 136 não cumpridas e 35 em retrocesso.
- Foram produzidos também 26 infográficos, em inglês e em português, sintetizando as principais informações dos relatórios, que são muito extensos e detalhados. Alguns exemplares foram distribuídos na ocasião, e todos encontram-se disponibilizados de forma online, no site do Observatório.
- A entrega simbólica dos relatórios foi realizada em Sessão Solene da Câmara dos Deputados no dia 16 de março de 2022. O objetivo foi o de colaborar oferecendo insumos para o Poder Executivo na elaboração do relatório oficial do Estado brasileiro acerca das recomendações realizadas ao Brasil no último ciclo da RPU.
- Essa sessão solene ocorreu durante Exposição, também na Câmara dos Deputados, sobre o Observatório Parlamentar, associada à campanha de mídia, que visou a disseminar conhecimento sobre os instrumentos de direitos humanos e a importância da proteção dos direitos humanos. Então os infográficos, a página web, a exposição e a campanha de mídia integraram as estratégias de disseminação de conhecimento da iniciativa.
- O Observatório também já foi objeto de apresentação em foros internacionais, tanto pela equipe da CDHM, quanto por autoridades das Nações Unidas em diferentes foros.
- Estão ainda sendo desenvolvidos, com financiamento do Fundo RPU, painéis de dados com indicadores estatísticos com o propósito de oferecer aportes para a atuação legislativa na construção de políticas públicas que estejam em sintonia com as recomendações da ONU.
- Além de agentes do Estado, dos movimentos sociais, de representantes de atingidos, de equipes da ONU, as atividades do Observatório, estiveram envolvidas equipes do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, do Escritório da Coordenadora Residente do Sistema ONU no Brasil e Câmara dos Deputados, incluindo dez setores da Casa legislativa, particularmente a consultoria e o centro de documentação, que elaboraram os relatórios e infográficos, junto com consultores da ONU.
- Na Resolução 35/29, adotada pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em 2017, os Poderes Legislativos são destacados como parte integrante dos processos que envolvem a RPU. Por isso, acreditamos que o ineditismo do Observatório pode servir como uma prática de referência para que outros parlamentos adotem as medidas necessárias para fortalecer e consolidar sua participação nos mecanismos de avaliação da RPU.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

- O Observatório visa a contribuir com a efetividade prática das recomendações, principalmente por ter contribuído para identificar tantas violações de direitos humanos, que merecem atenção de todos os poderes do Estado brasileiro. Por isso, o lema da iniciativa é: Direitos Humanos, todo ser humano tem direito.

Fizeram uso da palavra, além dos integrantes da mesa, representantes do Instituto Ipé, da Associação de Adolescentes Juntos e Unidos, do CIMI, da Terra de Direitos, da WWF e da APIB.

Dia 14 de novembro

Atividade: Evento paralelo Racismo Estrutural e o Impacto Totalizador do Policiamento Militarizado nas Comunidades Racializadas no Brasil

Local: Palácio das Nações, Sala XXII

Promovido pela Sociedade Maranhense de Direitos, a proposta do evento foi sensibilizar sobre a importância de normas específicas ou interpretação normativa no âmbito do mecanismo ONU sobre a questão do direito humano à saúde mental. Foi sensibilizar, ainda, sobre a relevância de o Estado brasileiro cumprir suas obrigações internacionais para garantir que afro-brasileiras/os que vivem em comunidades marginalizadas não sejam vítimas de policiamento militarizado. Na ocasião, o Deputado Helder Salomão fez uso da palavra, compondo a mesa, e apresentou dados sobre letalidade policial.

Dia 14 de novembro

Atividade: 4º Ciclo de Revisão do Brasil, na 41ª Sessão do Mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos da ONU

Local: Palácio das Nações, Sala do Conselho de Direitos Humanos

Na sessão, manifestaram-se representantes da delegação brasileira, liderada pela Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Cristiane Britto. O Brasil recebeu 306 recomendações, de 119 países, sobre diversos temas de direitos humanos, incluindo revogação do marco temporal, igualdade de gênero, promoção dos direitos das pessoas LGBTQIA+, combate à violência contra mulheres e crianças, e proteção de pessoas defensoras dos direitos humanos e do meio ambiente.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Na ocasião, a iniciativa do Observatório Parlamentar foi ressaltada, pela Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, como uma contribuição do Estado brasileiro em seus compromissos internacionais, e saudada pelas delegações do Paraguai, do Timor Leste, do Butão e de Angola.

A documentação completa da revisão e o vídeo da sessão podem ser acessados em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/observatorio-parlamentar-da-revisao-periodica-universal-da-onu/os-ciclos-do-brasil-1/quarto-ciclo-2022>.

Dia 15 de novembro

Atividade: Encontro com Christian Salazar Volkmann, Diretor de Operações de Campo do ACNUDH e Direção de Cooperação Técnica

Local: Palácio Wilson

Na ocasião, o Deputado Helder Salomão apresentou a metodologia e os principais resultados do Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal. Agradeceu o apoio do Fundo RPU e solicitou continuidade da parceria. Sugeriu, ainda, abertura de escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos no Brasil.



Dia 15 de novembro

Atividade: Reunião com especialistas do CERD - Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial

Local: Palácio Wilson





CÂMARA DOS DEPUTADOS



A reunião seu deu com a participação da Sra. Gay McDougall, relatora para o Brasil no Cerd, e dos Co-relatores, Eduardo Ernesto Vega Luna e Mehrdad Payandeh, todos especialistas integrantes do Comitê. Na ocasião, o Deputado Helder Salomão abordou os seguintes temas perante os relatores:

- Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, se, em 2016, período imediatamente anterior ao terceiro ciclo da PRU, o país registrou 4.220 mortes decorrentes de intervenção policial, esse número chegou a 6.412 mortes em 2020 e 6.145 mortes em 2021 . Ou seja, o número oficial de mortes aumentou substancialmente no período do terceiro ciclo da RPU.
- Alguns parâmetros internacionais indicam uma proporção de 12 ou 15 civis mortos para cada policial morto. Mas no Brasil, em 2020, esse número chegou a 33,1 civis para cada policial vitimado. Tem-se, portanto, fortes indícios de abuso do uso da força, a despeito da situação colocada.
- Em 2021, 84% das vítimas de letalidade policial eram negras, e, em sua grande maioria, jovens negros do sexo masculino. Esse percentual é bastante superior à proporção de negros e negras na sociedade brasileira, pouco superior a 50% da população.
- Pesquisa recente estimou que as chances de pessoas negras serem presas em flagrante são de 2,2 a 2,4 maiores em relação à população não negra.
- Um triste caso emblemático foi o da operação conduzida pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro na Favela do Jacarezinho, que resultou na morte de um policial e 27 civis . A polícia impôs sigilo “ao relatório e outras informações importantes sobre a operação por cinco anos”. A





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Human Rights Watch denunciou haver fraudes processuais envolvendo agentes do Estado .

- Esse é um caso emblemático de um padrão histórico. Segundo boletim da Rede de Observatórios de Segurança Pública, só nos dois primeiros meses de 2021, houve 9 chacinas praticadas por agentes do Estado, que resultaram na morte de 47 pessoas. Pesquisadores identificam que “os anos com menor número de operações policiais são justamente aqueles com menor número de homicídios dolosos, de mortes perpetradas por policiais e de roubos a transeuntes”.
- No que diz respeito às corregedorias de polícia, responsáveis pelo controle interno das polícias, o Observatório Parlamentar não encontrou estudos nacionais recentes, que compreendessem o período estrito do terceiro ciclo da RPU. Nesse sentido, o último levantamento encontrado foi o constante da nota técnica de 2014 , que indicou precariedade. Os autores concluíram que as corregedorias, no mais das vezes, não costumam se envolver com a produção, análise e divulgação de informações sobre o seu desempenho e nem possuem o hábito de serem monitoradas por instituições externas. Essas instituições também teriam baixo efetivo; baixa qualificação dos agentes e ausência de formação específica; carência de infraestrutura física e material; falta de orçamento próprio; dependência da linha de comando das corporações; baixo investimento em atividades de inteligência .
- Um decreto de 2018 estabeleceu caber ao Ministério da Justiça e Segurança Pública a instituição de mecanismos de registro, acompanhamento e avaliação dos órgãos de correição. Não há, contudo, maiores informações disponíveis sobre o efetivo exercício dessa competência.
- Em relação ao controle externo da atividade policial, a cargo do Ministério Público, por força da Constituição Federal, a situação é pouco transparente. O Observatório solicitou informações ao Conselho Nacional do Ministério Público acerca do número de ações sobre uso abusivo da força. Recebemos como resposta, contudo, que inexistem bases de dados consolidadas .
- Um levantamento recente de pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas aponta que apenas 0,73% dos procedimentos de atuação extrajudicial dos ministérios públicos, em 2018, tiveram como objeto o controle externo da atividade policial.
- Sobre as Ouvidorias de Polícia, o último levantamento nacional encontrado sobre estas instituições data do ano de 2016 . De um modo geral, a pesquisa concluiu que “as Ouvidorias, em geral, seguem tendo pouca visibilidade, problemas sérios em relação a recursos humanos e baixo empoderamento para atuar de fato como órgão de controle social da atividade policial”.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Sobre a ação da União, não foram encontradas ações compreensivas por parte do Governo Federal no sentido de fortalecer a responsividade da atividade policial ou combater o uso desproporcional e/ou abusivo da força e a letalidade policial.
- Durante a pesquisa para o relatório sobre promoção da igualdade racial para o Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal descobriu-se, por exemplo, que o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial, bem como outras agendas consideradas transversais, foram excluídas do Plano Plurianual (PPA), instrumento de planejamento estratégico de médio prazo do Governo Federal.
- Com isso, foi extinto também o Fórum Interconselhos, iniciativa do antigo Ministério do Planejamento e da Secretaria-Geral da Presidência da República que incluía o monitoramento das agendas transversais, como o combate ao racismo. Questionado sobre o tema no RIC nº 1171/2020, o Ministério da Economia justificou a extinção do fórum como decorrência da extinção das agendas transversais. É válido ressaltar que essa iniciativa havia sido premiada no âmbito da ONU com o United Nations Public Service Awards em 2014.
- No que diz respeito ao orçamento destinado à promoção da igualdade racial no âmbito do MMFDH, um estudo do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) sobre o orçamento do Governo Federal nos últimos anos, intitulado “A conta do desmonte”, registrou uma redução substancial dos valores executados pelo governo. Se, em 2019, foram executados 17,66 milhões, em 2020 esse número cai para 370 mil reais e, em 2021, para 2 milhões de reais. Saliente-se que, em 2019, ainda vigia o orçamento da gestão anterior do Governo Federal. Para 2022, o recurso autorizado é de 3,3 milhões.
- Em relação às comunidades quilombolas, um ponto importante de atenção são os achados do relatório do Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal acerca dos recursos destinados a essas comunidades. Os recursos nunca foram elevados, mesmo durante o período em que as comunidades recebiam mais atenção do Estado. Nos últimos anos, no entanto, esses recursos foram, de maneira geral, reduzidos substancialmente em relação a patamares verificados em anos anteriores, com exceção do exercício de 2020, ano de vigência do regime extraordinário fiscal, destinado ao enfrentamento da pandemia da covid-19.
- Em relação aos povos indígenas, relatório do Conselho Indigenista Missionário indica “o aumento, pelo sexto ano consecutivo, dos casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio”. Em 2021, o Conselho registrou “a ocorrência de 305 casos do tipo, que atingiram pelo menos 226 Terras Indígenas (TIs) em 22 estados do país. No ano anterior, 263 casos de invasão haviam afetado 201 terras em 19 estados. A quantidade de casos em 2021 é quase três





CÂMARA DOS DEPUTADOS

vezes maior do que a registrada em 2018, quando foram contabilizados 109 casos do tipo”. Destacou ainda a paralização nas demarcações de terras.

- Em relação aos casos de “Violência contra a Pessoa”, o Cimi afirma que foram registrados 355 casos de violência contra pessoas indígenas em 2021, maior número registrado desde 2013, quando o método de contagem dos casos foi alterado. Em 2020, haviam sido catalogados 304 casos do tipo”.
- As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 incluíram no conteúdo programático da educação básica o “estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira” e suas “contribuições nas áreas social, econômica e política” ao país. O relatório do Observatório Parlamentar, no entanto, apontou para um quadro pouco promissor da implementação das referidas legislações. No curso do RIC 794/2020, questionada pelos deputados autores do requerimento, a Secretaria de Modalidades de Educação do Ministério da Educação não apontou a existência de qualquer tipo de monitoramento atual das legislações referidas, indicando como última pesquisa compreensiva acerca do tema uma publicação do ano de 2012. Também não foi apontada nenhuma ação atual de formação continuada de professores nas temáticas em questão.
- A Fundação Cultural Palmares apoiava a difusão da Lei 10.639/03 por meio do “Projeto Conhecendo Nossa História – Da África ao Brasil”, que disponibilizava materiais didáticos e formação docente em temas relacionados à história afro-brasileira. Entre 2017 e 2018, no entanto, apenas 43 municípios haviam sido atendidos, indicando uma abrangência bastante modesta. Não há, no sítio eletrônico da Fundação qualquer informação disponível sobre o andamento do projeto a partir de 2019. Questionada por meio do RIC nº 1172/2020, a FCP informou que o projeto funcionou durante o ano de 2019, mas que agora está em “fase de reestruturação para que tenha continuidade, inclusive com a adesão de novos municípios que têm demonstrado interesse em participar”.
- Além disso, ainda sobre a Fundação Cultural Palmares (FCP), houve substancial redução dos recursos que lhes são destinados e houve também sinalizações preocupantes em termos de “conscientização pública” sobre questões relativas à igualdade étnica e racial. Seu presidente afirmou recentemente que a Fundação não dará suporte ao Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, data comemorativa de referência para o combate ao racismo e promoção dos direitos da população negra. Outro exemplo foi o anúncio feito, também pelo seu presidente, de que a fundação certificaria, por meio de um selo, que determinada pessoa não seria racista, mas que estaria passando por campanhas de difamação e execução políticas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Dias 16 e 17 de novembro

Atividade: Exame do Brasil perante o CERD, em sua 108ª Sessão

Local: Palácio Wilson

Os especialistas do CERD examinaram os relatórios 18 a 20 do Brasil ao Comitê, disponíveis em https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CERD%2fC%2fBRA%2f18-20&Lang=en, e ouviram a sua apresentação por integrantes da delegação brasileira. Os especialistas, em suas indagações, abordaram temas como direitos dos migrantes, violência policial contra pessoas negras, saúde das pessoas negras (em especial a saúde materna das mulheres negras e a saúde das pessoas negras durante a pandemia), direitos das crianças, distribuição de renda, pobreza, analfabetismo, preocupação com o baixo número de processos envolvendo racismo, discurso de ódio, impacto da mineração de desflorestamento nos direitos dos povos indígenas, direitos dos ciganos, entre outros. As sessões podem ser assistidas em <https://media.un.org/en/asset/k1n/k1n1gwi4lk>. Uma síntese da sessão pode ser encontrada em <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/11/experts-committee-elimination-racial-discrimination-commend-brazil-measures>.



HELDER SALOMÃO
Deputado Federal (PT/ES)

